

## António de Araújo de Azevedo Um limiano que foi o 1.º Conde da Barca Eurico de Ataíde Malafaia

A riqueza da vida está, inúmeras vezes, naquilo que de bom vamos descobrindo nela. Tendo feito, em circunstâncias diversas, algumas dezenas de intervenções culturais, a que chamo palestras, no sentido de que procuro conversar com quem me escuta, e participando hoje numa assembleia de matriz laudatória, sinto-me enriquecido com o intróito musical, de muita qualidade, que pudemos escutar. Para além da justificação cultural própria, essa delicada intervenção trouxe nobreza ao acontecimento e, provavelmente, transmitiu a todos um clima de paz e de serenidade, que é propício à aproximação entre esta esclarecida assembleia e aqueles que assumiram o encargo de fazer uso da palavra. Foi a primeira nota gratificante desta jornada.

Achei útil ocupar algum do meu tempo a preparar algo que designei como síntese cronológica de factos relacionados com o objectivo desta reunião. O documento ora distribuído, de feição pedagógica, diga-se de história comparada, permitirá, não aqui, mas na tranquilidade da casa própria, um alinhar pessoal dos factos históricos nele mencionados e, no cruzamento desses dados com os da palestra, que cada um entenda melhor as dificuldades que se apresentaram a quem tinha o encargo de representar Portugal no “turbilhão dos beligerantes” na época de que agora nos ocupamos. Espero que lhe encontrem utilidade.

Ocorrem hoje diversas circunstâncias que dão particular relevo a esta Sessão: Ponte de Lima, por iniciativa do Ex.<sup>mo</sup> Vereador do Pelouro da Cultura do seu Município, presta homenagem a um dos seus filhos mais ilustres, António de Araújo de Azevedo, que foi o 1.º Conde da Barca. Nasceu há 250 anos na Casa de Sá, na freguesia com o mesmo nome, hoje ainda, por mérito dos seus Ex.<sup>mos</sup> Proprietários, Senhora Dona Maria da Paz e Prof. Eng.º Nuno Ayres de Campos, se cultiva não só a recordação do Homem como se faz um esforço claro por conhecer tudo quanto lhe diga respeito; o objecto da Sessão congrega também nesta sala a presença de distintas personalidades, familiares e amigos, uns e outros limianos ilustres, quando não por nascimento, simplesmente por amor a esta Terra do Lima que, legitimamente, se orgulha de ter sido a primeira Vila de Portugal; a enriquecer o acto solene que vivemos, e honrando-nos com a sua presença, conta-se a ilustre pessoa do Senhor Professor Doutor José Carro Otero, académico de mérito de Academia Portuguesa da História, expressão viva quer da cultura histórica, quer das excelentes e estimulantes relações galaico-minhotas; num quadro tão expressivo quanto este – e perdoe-se-me a ordem do enunciado – registre-se a distinta participação da Ex.<sup>ma</sup> Senhora Dr.<sup>a</sup> Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos, ilustre Directora do Arquivo Distrital de Braga, entidade que subscreveu e viabilizou a edição do livro cujo lançamento ocorre nesta sessão e que me dirigiu palavras de grande simpatia, que muito me sensibilizaram, de que certamente não sou merecedor, mas que, também por isso mesmo, agradeço muito reconhecido.

Como tivemos ocasião de escutar, cabe-me a tarefa, que executarei com o maior gosto de, procurando não referenciar o livro, recheado de valiosos escritos do Conde da Barca, ou referindo-se-lhe, vos falar dele próprio o que, contudo, não é tarefa fácil. Não quero com esta declaração valorizar o exercício; mais do que isso e pelo contrário, pretendo sobretudo salientar a impossibilidade de, em tempo razoável, mesmo sucintamente, referir tudo quanto este ilustre homem público fez por Portugal. Fixar-me-ei no que entendo ser o essencial.

Comecei a interessar-me por Araújo – assim era designado normalmente – em finais de 1998. Para dar satisfação à minha curiosidade, fui fazendo perguntas a uns e outros concluindo que, no meio restrito de inquirição, pouco ou nada dele se sabia! A ânsia de aprender e o espírito propenso a, com modéstia, partilhar o conhecimento, envolveu-me de tal modo que, durante quatro anos, em Lisboa,

em Braga e no Brasil me identifiquei bastante com a personalidade, lendo centenas de páginas de escritos seus e dos que dele se ocuparam, o que me leva a dizer que são tão ricos e variados os aspectos dominantes da sua vida que se me torna difícil fazer uma opção sobre a linha de rumo de uma palestra que mais possa interessar este ilustre e esclarecido auditório. Parece-me ter sido como diplomata que Araújo pôde traduzir, de forma eloquente, as suas notáveis qualidades. Ele foi-o em Haia, em Paris, em Sampetersburgo, não deixando de o ser em Lisboa, no período particularmente difícil de 1804 a 1807, já como Ministro e Secretário de Estado dos Estrangeiros e da Guerra. Completam-se, no próximo dia 4 de Junho, 200 anos sobre a data da sua primeira chamada ao governo, o que é singularmente mais uma nota enriquecedora da homenagem que aqui se lhe presta, que se lhe deve, que todos lhe devemos.

Neste contexto ocorre-me reflectir, por momentos, sobre outro limiano ilustre, seu contemporâneo e admirador, Frei Francisco de S. Luís, o célebre e esclarecido Cardeal Saraiva. Um e outro, em suas próprias vidas, com altos e baixos, houveram de passar as agruras da sua aplicação séria ao trabalho, sofrendo o penar da incompreensão, das calúnias e da prisão, porque fiéis ao respeito da figura do monarca, com a clara noção de que, onde quer que estivessem, haveriam de servir a Pátria. O nosso homenageado era doze anos mais velho do que o monge de S. Bento. Mas qualquer deles, possuído de uma inteligência curiosa e de enorme capacidade de assimilação, buscando uma realização de conhecimentos dentro dos parâmetros filosóficos do seu tempo, tornaram-se fervorosos adeptos dos enciclopedistas. Eram do conhecimento e do estudo de ambos as obras de Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Diderot e do Abade Raynal, cujo nome anda ofuscado pelo dos outros mas que, provavelmente mais do que eles, tanta influência exerceu sobre as imaginações do seu tempo. Com raízes de cultura comuns, tornaram-se figuras de referência na época em que viveram e os trajectos de um e de outro foram naturalmente tendo muitos aspectos de uma relativa coincidência. O político procurou salvar a monarquia portuguesa da fúria napoleónica, sendo um liberal e, no seu íntimo, partidário de uma monarquia constitucional. Mas não era esse mesmo o pensar do Cardeal Saraiva? Creio contudo que o mais velho, ocasionalmente, acabou por ser o amparo do mais novo; este, liberal convicto, haveria de seguir, depois do regresso de D. João VI a Portugal, uma trajectória política que Araújo teria subscrito. Deixo o tema à reflexão dos estudiosos.

Recordemo-nos que Araújo inicia a sua vida pública, de certo modo, como consequência do cargo de presidente executivo da Sociedade Económica dos Bons Compatriotas Amigos do Bem Público, de Ponte de Lima, congregadora dos esforços e dos ideais comuns dos Abreus, Barretos, Pereiras Barbosa, Calheiros, Limas, Bezerras, Castros, Vasconcelos, Coutinhos, e outros, de que hoje, muito provavelmente, tenhamos aqui ilustres descendentes, homenageando intimamente os seus antepassados, companheiros de Araújo, no desejado rumo do progresso para as Terras do Lima.

António de Araújo de Azevedo, portador dos Estatutos da Sociedade, vem a encontrar-se em Lisboa com o Duque de Lafões que, apercebendo-se das suas capacidades, em altura adequada, o recomenda à rainha D. Maria I, *concorrendo eficazmente para o pôr em lugar que fizesse reverter todo o seu talento em utilidade para a Nação*, como foi referido por Mendo Trigo do elogio que, em 1819, lhe fez na Academia Real das Ciências de Lisboa, de que fora *correspondente*. A escola sã da vida familiar e comunitária, o exercício de funções perante os seus conterrâneos, sob o olhar atento e exigente dos seus pares, durante alguns anos, acabaram de burilar o Homem que aos 33 anos é designado para o exercício do cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Corte da Haia. Depois de adequada preparação e estudo das matérias específicas interessando a carreira diplomática, apresenta credenciais a 6 de Agosto de 1790 na Haia, isto é, 14 meses depois da saída de Lisboa! Por onde andou?

A viagem, via Londres, deu-lhe contactos valiosos e informações sobre a Inglaterra, país que admirava pela concepção do Estado e pelo desenvolvimento industrial, mas cuja política oportunista e essencialmente de feição mercantil em relação a Portugal, para além dos interesses geopolíticos, viria a ser para ele um quebra-cabeças, como acentua insistentemente na sua vasta correspondência oficial; a passagem por Paris, entre finais de Outubro de 1789 e Julho de 1790 permite-lhe observar os primeiros e dolorosos passos de uma revolução que, em princípio, como aliás ao próprio ministro, se lhes colocara numa perspectiva de simpatia. Araújo admitia inicialmente que a França caminhava para uma monarquia constitucional, modelo político que lhe agradava e que se enquadrava com as suas ideias liberais reformistas, sempre que exercidas no pleno respeito do poder supremo que era o rei. Pouco a pouco, face aos acontecimentos que acompanhava de perto, foi ajustando a sua visão

política. Ele pressentia o irremediável. Em Fevereiro de 1792 é-lhe comunicado pelo seu ministro Luís Pinto de Sousa que D. João passara a despachar em nome da Rainha sua mãe, gravemente doente. Este acontecimento toma-se para Araújo um factor determinante de uma opção. Intuitivamente – passe a expressão – “cola-se” ao Regente jogando nele o seu futuro, tanto mais que tem a percepção da fraca qualidade ou falta de independência política dos ministros que serviam o Príncipe. O ano de 1793 é fértil em acontecimentos perturbadores que vive já de perto: a decapitação de Luís XVI e de Maria Antonieta; a declaração de guerra à Inglaterra, à Holanda e à Espanha; a primeira tentativa de invasão da Holanda; o aparecimento da nova constituição francesa reconhecendo o direito à insurreição quando o governo viola os direitos do povo e, ainda, a “lei dos suspeitos” tão abrangente que marca o começo do denominado e imprevisível período do Terror. Araújo, foi um dos diplomatas portugueses que mais e melhor informou o seu governo do que se passava, fazendo mesmo ajustadas previsões do que iria acontecer em França e na Europa, interpretando com rara perspicácia as informações que colhia através de uma valiosa rede de contactos que, a todos os níveis, foi estabelecendo. O embaixador Luís Teixeira de Sampaio, nos seus escritos, como exemplo de excepção, o carácter modelar das capacidades.

No longo e rigoroso inverno de 1794-95, a resistência holandesa é quebrada e o exército francês instala-se na Holanda. Depois de ajustada ponderação, o diplomata entende continuar no seu posto, não obstante os franceses não estarem de acordo com a apregoada neutralidade anunciada por Portugal que, no concreto, fazia o jogo da Inglaterra, sua tradicional aliada. Por isso ele escreve: *talvez não haja um só indivíduo na Convenção que se persuada desta neutralidade...* Nova opção haveria de fazer, mantendo-se em Borbeek, nos arredores de Harlem, a título particular, aguardando instruções, quando manifestamente se declarou o estado de guerra com Portugal, atitude que desagradou profundamente aos ingleses. Ter-se-á habilmente, e no que entendia ser o interesse nacional, aproximado dos ocupantes franceses o que provocou um pedido de esclarecimento do seu ministro, afecto aos ingleses e, como se sabe, intransigente defensor da sua política. Não fora em vão que ele estivera em Londres, quase que permanentemente, entre 1774 e 1788, vindo de lá para o governo, como aliás, era comum na época. Não se conhece o teor da resposta. Sem que se entenda exactamente a razão, sabe-se porém que, a partir daqui, ter-se-á dado uma alteração de perspectiva de Araújo quanto

às relações de Portugal com a França revolucionária, parecendo-lhe a nada conduzir a atitude de confrontação que vinha subsistindo. Daí o seu parecer, transmitido ao ministro, em ordem a que se promovessem medidas tendentes a uma pacificação, estando por certo bem longe de que iria ser ele chamado a tentar promovê-la.

Sem consentir o mais pequeno envolvimento que pudesse afectar o seu posicionamento de bem estar com uns e com outros, servindo-se dos mais diversos meios de comunicação que a sua rede de contactos em expansão ia garantindo, Araújo mantém com Lisboa uma viva e actualizada corrente de informação, ganhando prestígio como diplomata pela seriedade e eficiência com que tratava dos assuntos, complementando as suas iniciativas no sentido do desenvolvimento de trocas comerciais, tornando-se por ordem do governo, agente activo da negociação escrupulosa de empréstimos para um Portugal tradicionalmente sempre em crise financeira, tudo porém num perceptível, por mal disfarçado, clima de desfavor permanente do seu ministro. Sabe-se que o circuito de informação passava, quando convinha, ao lado da Secretaria de Estado, indo por via indirecta para o Regente. Lemos no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro cópias de alguns boletins manuscritos, editados semanalmente em Paris, de 1798 a 1801, interessando aspectos da vida política francesa. Eram de origem clandestina, mas emitidos por alguém da "entourage" de Talleyrand. Por iniciativa de Araújo, um exemplar era dirigido para uma morada secreta na Haia; outro seguia para Lisboa para um tal Sr. Mota Manso que, viemos a descobrir, por puro acaso, ser um 1.º oficial da Secretaria de Estado, que entregava esses boletins ao ministro Dr. José Seabra da Silva que os levava ao Regente. D. João sabia sempre o que se passava na França e, de um modo geral, em toda a Europa obtendo esse conhecimento fora da alçada de Luís Pinto de Sousa, cujo nível de menor confiança política do Regente se iria acentuando. É curioso este aspecto do comportamento do Regente de quem Araújo se aproxima, ainda que por via indirecta, e em circunstâncias provavelmente pouco conhecidas.

A desastrosa campanha do Rossilhão em que nos envolvemos por força dos Tratados com a Inglaterra e a Espanha, e a forma como terminou quando este país, à revelia de Portugal, se alia à França (Tratado de Basileia – 22 de Julho de 1795) e o posterior Tratado de Santo Ildefonso (aliança ofensiva e defensiva

entre os mesmos parceiros) iria abrir ocasião à necessidade de uma intervenção diplomática de vulto: a deslocação para Paris do nosso representante na Haia para tentar *comprar* a neutralidade, isto é, para que a França, a troco de vantagens, deixasse de nos inquietar sobretudo nas suas acções de guerra de curso. A missão foi cometida a Araújo que, e cito Lopes de Almeida, *era um habilissimo diplomata, experiente e sempre excelentemente informado, servido por uma inteligência penetrante e esclarecida*. Em Paris, a actividade de Araújo não escapou à observação policial de Carnot. Por suspeitas de contactos pouco transparentes, e certamente desiguais em benesses, com membros do Directório, a missão veio a fracassar e o diplomata foi intimado a sair de Paris em Maio de 1797, sem nenhum resultado prático. Não era porém Araújo homem para desistir e, em convivência clara com o seu amigo Talleyrand, mesmo da Holanda, estabelece as condições necessárias para poder perspectivar a assinatura de um Tratado a partir dos finais de Julho desse ano. Esse importante instrumento foi assinado a 10 de Agosto de 1797, com apreço inicial expresso pelo ministro reconhecendo o afastamento do fantasma da invasão de Portugal pelos franceses, ou pelos espanhóis a seu mando. A propósito, citamos Frei Francisco de S. Luís, no Dietário de Tibães. *Esse tratado não chegou a ser ratificado pelo Príncipe de Portugal por obstáculos que a isso pôs (segundo se disse) o Ministro de Inglaterra apoiado por pessoas da Corte, e do Ministério, que em Conselhos de Estado chegaram a invectivar violentamente contra aquele Plenipotenciário, que em tão crítica situação na Europa e quando os Franceses punham Leis a outras Nações, assinou um Tratado verdadeiramente vantajoso e honrado para Portugal. Mas tanto pode a inveja!* A Inglaterra chegou a declarar que consideraria a ratificação como um acto de hostilidade e, como previsão, a esquadra britânica, quase sempre no Tejo ou por lá perto, ocupou o forte de S. Julião da Barra! O Directório, sentindo-se enganado, declara reabertas as hostilidades e o nosso diplomata sob a acusação de *“ter durante a sua residência em França conspirado contra a segurança interna, especialmente de haver urdido um trama, por meio do qual se pretendia comprometer alguns membros do governo”* (todos eles corruptos) é detido na prisão do Templo, em 28 de Dezembro de 1797, permanecendo nessa situação três meses sem fazer declarações que pudessem ser nocivas a Portugal, sendo solto a 29.03.1798, sem explicações e com a intimação de deixar a França dentro de dez dias... Os ecos da difícil negociação que conduziu com êxito, bem como os da dignidade e equilíbrio do seu comportamento naquela circunstância, em contraste

com a posição equívoca de Portugal, sob tutela inglesa, ressoaram por toda a Europa, tornando-o conhecido e publicamente prestigiado, especialmente nos meios diplomáticos e culturais porque, como então escreveu, *"nenhuma ideia de interesse pessoal me tem guiado no Real Serviço e hei-de mostrar esta verdade em todo o decurso da minha vida"*.

Na Holanda, onde se acolheu e se manteve pelo menos até finais de 1798, continuou a luta, fortificando os seus contactos com os meios diplomáticos, e escrevendo frequentemente para o seu ministro de uma forma sempre correcta, mas não deixando de frontalmente o culpabilizar, pela sua subserviência à Inglaterra, quanto à situação de total dependência a que se chegou. Ali recebe ordem para partir para Hamburgo, aguardando instruções. Admitindo que pudesse vir a ser chamado a novas negociações, escreve com nobreza e dignidade informando cumprir a ordem recebida, mas pedindo a SAR que, *tendo conhecido o zelo e lealdade com que o serviu, e atenta a circunstância de as suas forças se acharem em grande abatimento pelos trabalhos passados, o dispense do desempenho de uma comissão tão escabrosa*. Assim chegara ao fim, como diplomata, a sua missão para a paz. E nunca mais haveria de surgir oportunidade de a alcançar!

A ida para Hamburgo, onde permaneceu seis meses, marca o início de uma deslocação pela Alemanha, por férias há muito concedidas. É sobretudo uma viagem de carácter cultural, onde contacta as grandes personalidades do mundo das letras e das ciências, sendo sempre recebido com provas de grande consideração, mantendo entretanto uma assídua correspondência política com os seus antigos colaboradores e com alguns amigos que tinha na Corte. Em Portugal sente-se a pressão da Espanha, a mando da França, e a perspectiva da guerra. E Araújo escreve: *Bom será que não tentemos a sorte da guerra*, confirmando a sua perspectiva de que a paz era indispensável e que só por negociação se alcançaria esse objectivo. Entretanto, através da Embaixada em Berlim, Araújo recebe ordem para regressar ao Reino. Que pretendiam dele? Como ouvimos anteriormente, o Dr. José Seabra da Silva, ministro do Reino, era o intermediário da correspondência clandestina para o Regente; Araújo, na óptica de estar a servir o interesse nacional, não se considerava faltoso com esta actuação, tanto mais que sabia que o seu superior hierárquico não era politicamente isento e que agia comprovadamente de igual modo em relação

a ele! D. João assume oficialmente a Regência a 15 de Julho de 1799, sem ter em conta a opinião do seu ministro Seabra da Silva que entendia que, para o efeito, deveriam ser convocadas Cortes e, por isso, é despedido abruptamente e exilado de Lisboa. Na renovação do governo, confia a posição chave ao Duque de Lafões, “padrinho” político de Araújo, que só teve a ganhar com esta revolução palaciana.

Em 1801 os espanhóis, pressionados pelos franceses, invadem Portugal fazendo a que veio a ser conhecida, por ridícula, como “Guerra das Laranjas”. No rescaldo, foi o Ministro Luís Pinto de Sousa a Badajoz, negociar a paz. A confiança era tanta que Araújo é chamado a Lisboa para partir em missão reservada para França, enviado pelo Regente, via Duque de Lafões, para tentar negociar a paz directamente com Napoleão, levando instruções secretas, e mesmo uma cifra, para se entender directamente com os mandantes. Era um evidente exercício de diplomacia paralela, mas que revela o elevado conceito em que o nosso homenageado era tido pelas duas mais altas figuras do Estado. A missão não teve qualquer êxito porque Napoleão impediu que o nosso diplomata fosse além de Lorient, certo parecia estar de que obteria mais vantagens para a França, e para ele próprio, com a negociação de Badajoz presidida por seu irmão Luciano Bonaparte e seu cúmplice D. Manuel Godoy, então chefe do governo. A negociação, através do Tratado de Badajoz, não ratificado por Napoleão, serviu apenas os interesses pessoais dos negociadores e tornou-se particularmente penalizante para Portugal pelo Tratado de Madrid que se lhe seguiu. Qualquer destes Tratados era de grande exigência em relação à fixação da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, que ia sendo situada cada vez mais perto do rio Amazonas, cuja posse era o verdadeiro objectivo da França. O ministro foi muito afectado com o fracasso das negociações de Badajoz que acabaram por ser o início do seu fim político. Teve porém tempo para não perdoar ao subordinado o respeito em que tinha as ordens secretas dimanadas do soberano e que o contrariavam, porquanto se desviavam da “sua” orientação política, profundamente influenciada pela Inglaterra, a mando de quem sempre parecia agir.

Por essa razão arranjou modo de “promover” o seu subordinado para a Corte de S. Petersburgo. Araújo sempre entendeu esta nomeação como um castigo mas, com dificuldade, mas também com aprumo e apego profissional, suportou

a permanência na Rússia durante um pouco mais de dois anos. Em Abril de 1804 morre o ministro que fora sempre seu inimigo. Nesta data porém, já Araújo viajava para Lisboa, a chamamento do Regente, para vir a ocupar o lugar de Ministro e Secretário de Estado dos Estrangeiros e da Guerra, cargo que assume em 6 de Junho de 1804. D. João aproveita a oportunidade da morte de Luís Pinto de Sousa para colocar na Secretaria de Estado um homem com conhecimentos reais dos problemas da Europa e com capacidade para gerir, da forma mais equilibrada e sensata possível, a crise resultante de uma apregoada e mal disfarçada neutralidade.

As sucessivas mortes de outros membros do governo vão impondo a Araújo a gestão interina de outras pastas onde teve que tratar de assuntos completamente diferentes dos de seu costume, tarefa já de si de enorme preocupação, mas que se tornou extremamente difícil por ter ocorrido num dos períodos mais graves da História de Portugal. As preocupações centravam-se predominantemente na gestão da política externa que era penosamente por ele exercida numa trajectória sinusoidal, como todos sabemos, mas a única que permitiria conceber e estruturar com prudência o acontecimento seguinte. Foi de facto a Transmigração, cuidadosamente preparada por Araújo que, ganhando tempo essencial e iludindo franceses e ingleses, pôs termo a este calvário. Neste mesmo período, assegurando permanentemente a sua lealdade ao Regente, suportando as maiores calúnias de políticos e do povo, é como Ministro do Reino que o acompanha para o Brasil, sempre exemplarmente corajoso e patriota indefectível. Havia chegado ao segundo posto da hierarquia do Estado, por vontade do Regente, embora pagando caro a honra concedida.

Entendemos que esse encargo lhe caiu em cima, por D. João VI não ter quem mais habilmente o pudesse servir, salvando a Monarquia da agressão napoleónica e minimizando astuciosamente os abusos de Inglaterra que, já no Brasil, se afirmaram dolorosamente na concretização do célebre Tratado de Comércio de 1810, na prática já concebido e alinhavado em Portugal, à revelia da opinião de Araújo. D. João tornara-se seu amigo mas, ali chegado, tinha que ter um ministério "talhado à inglesa". Araújo manteve-se no Conselho de Estado e, nessa qualidade, foi interveniente firme, frontal nas suas opiniões, mas sempre educado, conversando com o Regente quando este o chamava, provavelmente sem dar nas vistas! D. Rodrigo de Sousa Coutinho, com estrutura de estadista,

mas indiscutível corifeu do partido inglês, com seu irmão D. Domingos, que também permaneceu em Londres entre 1803 e 1814, influenciando através dele a política nacional, e o Representante de Inglaterra Lord Strangford, figura maquiavélica desta longa história, prosseguem com a campanha difamatória contra Araújo em ordem à sua liquidação política, acusando-o nomeadamente de ser traidor do seu Príncipe, isto também como modo de desviar a sua atenção do célebre Tratado de Comércio, imposto pela Inglaterra e que tanto prejuízo trouxe a Portugal. Araújo foi de facto, com isenção e desde sempre, um obstáculo à manutenção e progresso da influência inglesa. A confirmá-lo, Strangford escreve então para Londres ao seu amigo D. Domingos: – *Grâce a Dieu le Traité est fini, signé, ratifié, malgré les intrigues du Nonce, de d'Araújo, etc...* Mais adiante, na mesma correspondência, alerta o destinatário para o perigo do inimigo comum (leia-se Araújo) ser chamado ao governo. Para obstar a isso intensificam a campanha difamatória de tal forma que, em Março de 1810 Araújo, citando o nome dos difamadores, apresenta ao Regente uma longa exposição em que pede julgamento dos seus actos, aceitando a decisão que vier a ser tomada. A resposta vem a 17 do mesmo mês, curta e directa, condecorando o apresentante com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo! Era o reconhecimento formal da capacidade do diplomata e do estadista. Com a morte em 1812 de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a queda de Napoleão em 1814, D. João procedeu a ajustamentos no governo, chamando de novo Araújo à governação, a contra-gosto expresso por Lord Strangford que, desde então, foi considerado *persona non grata*, iniciando-se o processo do seu afastamento da Corte portuguesa onde, com tão assinalado êxito, representara a Inglaterra.

Em 17 de Dezembro de 1815, Araújo foi titulado como 1.º Conde da Barca “em prémio da singular habilidade com que se houve na missão diplomática de que fora encarregado junto da república francesa”. Qual a razão por que, ao ser agraciado, escolheu ele a Barca? A resposta surge naturalmente: Por homenagem aos seus antepassados, por certo ao seu 6.º avô, Fernão Velho de Araújo que, vindo da Galiza, perseguido sem legitimidade, se refugiou na Barca, onde casou e onde a família se radicou e expandiu. Esta nobilitação feita pelo Regente foi um acto de justiça e de reconhecimento embora, comparativamente com outros casos, pecando por tardio. De facto, reconhece-se publicamente, e apenas em 1815, os serviços prestados por um homem público, servidor de Portugal em circunstâncias gravíssimas, reportando-se a distinção a um facto

ocorrido 18 anos antes, quando ele havia já servido o País durante 28! Sem discutir, antes pelo contrário, a decisão real, entendemos que D. João VI não teve coragem política, ou condições, para publicamente fazê-lo antes. Presumimos que a assinatura do Tratado de 1797 colocou definitivamente a Inglaterra contra Araújo e por isso, enquanto durou a influência inglesa no Brasil, era impensável agir de outro modo. Porém, o que é importante notar-se é que a mercê se reporta ao acontecimento mais notável, e de maiores repercussões potenciais para Portugal, da carreira diplomática de António de Araújo de Azevedo, que foi o êxito da negociação do Tratado de Paz de 10 de Agosto de 1797; referindo expressamente na carta de mercê a outorga desse Tratado, que ele Regente não ratificara por imposição da Inglaterra e por pressão dos ministros anglófilos do seu governo, D. João VI apresenta, de certo modo e publicamente, a sua sem-razão, reconhecendo o mérito do negociador e a dignidade do diplomata.

Sem que Araújo fizesse por isso, por morte sucessiva dos seus colegas, vai subindo novamente na hierarquia do Estado. Quando ele próprio morre em 1817 era, uma vez mais, Ministro do Reino, gerindo efectivamente todas as pastas, com excepção do Real Erário, que sempre esteve a cargo de Tomás António Villa Nova Portugal! Este é o testemunho do que aconteceu, expresso em linhas muito gerais, verificando-se que, a cronologia das circunstâncias, acabou por lhe ser quase sempre favorável, mesmo na morte que, aparentemente, não lhe terá trazido sofrimento de relevo, tão grande era já o seu desgaste físico. Provavelmente deixou este Mundo com a noção de que, servindo o País, fora por mérito próprio um digno vencedor na Vida. Como notável e prestigiado homem público, que marcou indiscutivelmente a sua época, foi sepultado em catacumba na Igreja da Ordem Terceira dos Mínimos de S. Francisco de Paula, que era a igreja da Corte, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Como simples mortal veio a ser deslocado em 1850, por força de lei, para o pequeno cemitério do Catumbi, onde se perdeu no conhecimento dos homens. Numa pesquisa pessoal não conseguimos detectar o local do seu depósito, que merecia ser conhecido pelo muito que fez pelo Brasil.

Uma reflexão rápida confirma-nos a perspectiva de que Araújo se distinguiu essencialmente como diplomata, área em que teve uma acção sempre relevante. Como estadista, continuou a deixar-se guiar por essa componente do seu saber

salientando-se nas coisas de muito interesse que realizou, na determinação e no desejo de fazer bem, na qualidade das suas relações directas com o Regente e como dedicado servidor da sua política. As suas duas passagens pelo governo foram caracterizadas por um exercício feito, em Portugal e no Brasil, em tempos de grandes dificuldades. Na primeira houve que fazer o equilíbrio, que o desejo de neutralidade impunha, num balancear de forças diametralmente opostas, agindo com muitas variáveis, que não davam tempo nem oportunidade para qualquer acção conducente a uma correcta gestão dos negócios internos; na segunda, no Brasil, estava já muito marcado pelo tempo e pela dureza da vida, deixando transparecer a sua crescente incapacidade física. D. João VI serviu-se dele, porque dele precisava e, como era sua visível norma os ministros haviam de morrer no seu posto. A excepção à regra foi o Dr. José Seabra da Silva que D. João liquidou, exilando-o em 1799, por considerá-lo como *mentor demasiado autoritário*.

Vamos procurar terminar. Araújo era culturalmente um liberal reformista. No entanto procurou sempre colocar-se no contexto da estrutura absolutista, o que se confirma em toda a sua vastíssima correspondência. Nunca discutiu a figura do rei; entendia porém ser necessária uma reforma do sistema. Numa carta que lhe dirigiu Corrêa da Serra, então nos Estados Unidos da América, a propósito da sublevação de Pernambuco, encontra-se todo o aconselhamento de, sem discutir o poder supremo, flexibilizar o processo de governo, diluindo as responsabilidades e transmitindo-lhe eficácia. Seria recado encomendado? Tudo nos leva a crer que sim. Parece-nos contudo que a componente mais significativa dessa desejada flexibilização era de natureza económica, mais do que política, embora esta, no pensamento de Araújo, acusado frequentemente de afrancesado, tendesse politicamente para o modelo da estrutura de Estado da Grã-Bretanha. Esta lucidez de raciocínio era própria de um Homem de grande cultura, independência, largueza de horizontes e de perspectivas nacionais, tendo a clara percepção de que só poderia politicamente afirmar-se como reformador se conseguisse ser inovador.

Oliveira Lima, o esclarecido cultor de D. João VI, prestando homenagem a Araújo como diplomata e como político, não deixa de lhe apontar um certo "diletantismo", isto porque ele procurava, ao mesmo tempo, ser escritor, investigador, botânico, químico, industrial, impulsionador das ciências e das artes, etc., sobretudo no

Brasil que desejava engrandecer – do que aliás era acusado – numa dispersão monumental que era motivada por aquilo que podia ler, pelas informações de que era ávido e, sobretudo, pela ânsia de realizar. Porém, neste diletantismo não havia lugar para a fantasia porque, efectivamente, o seu empenhamento e convicções eram totais.

Uma revolução traduz-se sempre na perspectiva de se alterar depressa aquilo que o conservadorismo, normal e prudentemente, fará devagar. Neste sentido, por influência provável dos enciclopedistas, então *“très à la mode”*, e da sua própria cultura europeia, talvez Araújo pudesse ser considerado como tendo sido, no bom sentido, um revolucionário. A leitura do catálogo da sua valiosíssima biblioteca, que ficou no Brasil, ajuda-nos também a confirmar esta opinião.

A maior parte da sua vida foi passada fora de Portugal. Extravasando a área política, viajou por quase toda a Europa, alargando sempre o seu círculo de relações, quer políticas, quer académicas. A Portugal e ao Brasil, que ele muito amou, procurou dar tudo quanto possuía: a sua capacidade de trabalho, o seu vasto saber, a sua educação, a sua honestidade, o propósito de propagar o ensino e fomentar o amor por tudo quanto pudesse ser bom para o progresso nacional. Mas tudo era feito sem ruído e sem ostentação. Embora parecendo, como governante, indolente no trato da coisa pública, traduzindo na aparência uma indiferença reveladora de um certo cepticismo – sobretudo no Brasil e quanto ao “sistema” – tinha a capacidade de, sem sobrançeria fazer realçar a sua natural distinção, tudo nele contribuindo para ser modelar, porque era instruído sem ser pedante, sagaz sem ser velhaco, mecenas sem se dar ar de ser protector. A esta imagem, de alguém mais sabedor do que eu, acrescento para terminar, no quadro de dignidade e de emoção desta Sessão Solene, na sua terra natal, que António de Araújo de Azevedo, titulado quase no final da vida como Conde da Barca, como ponto notável da sua fulgurante capacidade de Imaginação, deixou não só a recordação do seu pensamento de deslocação da capital do Brasil para o interior, como sobretudo a imagem brilhante que teve, talvez com um certo sentido de premunição do desagregar do Império, quanto aos primeiros passos para a emancipação de um Brasil unido, na certeza de que, ali e assim, se iria continuar Portugal. Ponte de Lima pode legitimamente orgulhar-se de ter sido terra-mãe deste grande português que hoje, todos nós, muito sentidamente, aqui evocamos.